



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

COLÉGIO DE DIRIGENTES

Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES

27 3227-5564 – 3235-1741 – ramal 2003

Ata da reunião ordinária do Colégio de Dirigentes do Ifes

15 de maio de 2015

No dia quinze de maio de dois mil e quinze reuniu-se, o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Espírito Santo, às quatorze horas, no Salão de Reuniões da Reitoria, sob presidência do Reitor Denio Rebello Arantes, com a presença dos seguintes membros: da Pró-Reitoria de Administração, sr. Lezi José Ferreira; da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional, sr. Ademar Stange; da Pró-reitoria de Ensino, sra. Araceli Verônica Flores Nardy Ribeiro; da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, sr. Márcio Almeida Có; da Diretora do Centro de referência em Formação em Educação a Distância, sra. Vanessa Battestin Nunes; da Diretoria de Administração e Orçamento, sr. Antônio Tadeu Vago; da Diretoria de Gestão de Pessoas, sra. Danusa Simon Robers; da Diretoria Executiva, sr. Mauro Silva Piazzarollo; do campus Alegre, sra. Maria Valdete Santos Tannure; do campus Aracruz, sr. Hermes Vazzoler Júnior; do campus Barra de São Francisco, sr. Jean Rubyo de Oliveira Lopes; do campus Cachoeiro de Itapemirim, sr. Carlos Cezar de Oliveira Bettero; do campus Centro-Serrano, Adriana Piontkovsky Barcellos; do campus Colatina, sr. Luiz Braz Galon; do campus Guarapari, sr. Ronaldo Neves Cruz; do campus Ibatiba, sr. Flávio Eymard da Rocha Pena; do campus Itapina, sr. Anderson Mathias Holtz; do campus Linhares, sr. Antônio de Freitas; do campus Montanha, sr. André dos Santos Sampaio; do campus Nova Venécia, sr. Welliton de Resende Zani Carvalho; do campus Santa Teresa, sr. Moacyr Antônio Serafini; do campus Serra, sr. José Geraldo Neves Orlandi; do campus Venda Nova do Imigrante, sr. Aloísio Carnielli; do campus Viana, sra. Edna dos Reis; do campus Vila Velha, sra. Denise Rocco de Sena; do campus Vitória, sr. Ricardo Paiva. O Presidente abre a reunião e faz a leitura da minuta da pauta, com **ponto único**, ou seja, concurso público. Passa a palavra para o Pró-reitor Adjunto de Extensão, sr. André Assis que informa que, a pedido da Fapes, na próxima segunda-feira, dia 18 de maio, todos os representantes legais do Ifes devem se cadastrar no sistema Sidifaz. Explica que o cadastro deve ser realizado em dois meios, um digital, no sistema Fapes e outro por formulário, que está disponível na Proex. Relata que a partir do dia 18 de maio, os processos de campi que não estiverem cadastrados serão invalidados, ressaltando que pelo cadastramento, os diretores-gerais serão avisados por e-mail sempre que um pesquisador de seu campus fizer um pedido à Fapes. Comunica que o Instituto Federal do Espírito Santo aprovou sete projetos essa semana pelo sistema Fapes integrado.

O Presidente para a palavra para a diretora-geral do campus Vila Velha, sra. Denise Rocco, que comunica que o campus Vila Velha teve o Mestrado em Química em rede nacional aprovado pela Capes, destacando que o curso será na modalidade interinstitucional, com a UFRJ. O Presidente parabeniza a diretora-geral e os dirigentes aplaudem a conquista do campus Vila Velha. O Presidente relata que ainda não há uma informação concreta sobre o orçamento, sendo que há relatos divulgados por parlamentares, segundo os quais, o decreto que aprova o orçamento será aprovado no próximo dia 23, sendo possível, após a publicação do decreto, a liberação dos recursos financeiros. Relata que, segundo parecer da AGU, o ponto docente é matéria exclusiva do Sipec, acrescentando que o reitor do IFSP suspendeu, por portaria, o ponto docente, no entanto, a Sipec se manifestou contrária ao ato e solicitou que ele fosse revogado. Relata que havia dúvida sobre esse respeito, visto que aparentemente a AGU era favorável ao fim do ponto docente, mas a partir da manifestação do órgão de controle e posicionamento contrário do Sipec, o ponto docente deve ser mantido, esclarecendo que ainda não teve acesso ao documento oficial, e assim, o relato é baseado em informações fornecidas pelos reitores dos Institutos Federais. No que tange à criação de Pólos de Inovação, relata que o processo, que contempla cargos e funções, está em tramitação na Setec, ressaltando a adequação destes aos moldes anteriormente propostos pela Secretaria de Tecnologia cuja previsão de 39 pólos não contemplará, possivelmente, somente um Instituto da rede. Relata, a partir de informações fornecidas pela Setec, que os Institutos Federais possuem 5000 cargos vagos de professores e técnicos, ressaltando que esse dado é muito prejudicial para qualquer solicitação de novas vagas, pois o MPOG contrargumenta apresentando o quantitativo de cargos vagos disponíveis no Simec. Informa que a relação de cargos vagos foi enviada aos diretores-gerais com o intuito de que os dirigentes possam justificá-los e que assim, a rede possa construir uma proposta e apresentá-la ao MPOG visando a liberação de novas vagas. Destaca que esse é um problema de toda a rede, acrescentado que os reitores acreditam que, até a metade de junho, seja possível, a partir do detalhamento dessas vagas, encaminhar pedido ao MPOG para usar e ampliar o banco de vagas. Ressalta que o Ifes, diferentemente de muitos institutos, pode solicitar código de vaga sem a necessidade de ampliar seu banco, mas que, com o intuito de garantir o planejamento e crescimento da instituição, também vai solicitar a ampliação do banco de vagas. Destaca que a Coordenadora-geral de Desenvolvimento de Pessoas da Rede, sra. Nilva Celestina do Carmo aguarda o envio dos dados para consolidar uma planilha de toda a rede que possa auxiliar nas negociações com o MPOG, ou convencer a um instituto que tenha vagas em excesso e sem condições de aproveitá-las, que as repasse para a rede. Relata que há uma proposta, vide toda a dificuldade na contratação via concurso, cuja formatação ainda não está definida, isto é, lei, medida provisória, etc, que autorize os institutos a realizar contratação provisória ou temporária de tradutores de libras. Destaca que foi aprovada pelos reitores, mas ainda precisa da aprovação do plenário do Conif, a proposta de fator de curso, ou seja, processo de cálculo de aluno equivalente, para ser utilizado como definição do curso nacional. Destaca que quanto mais turmas, mais possibilidades, enfatizando que a proposta é

uma primeira aproximação, que será revisada a cada dois anos. Comunica que foi encaminhado a todas as instituições da rede um questionamento sobre a forma e quantidade de subdivisão de turmas de cada curso, por meio de um benchmark, ressaltando que somente 27 instituições responderam. Acrescenta que a partir das respostas foi construído um estudo que inicialmente varia entre 1 e 1.3 relativo ao fator de curso, destacando a inexistência de valor superior a 1.3. Acrescenta que foi realizada uma adequação, da qual originou uma fórmula de fator de curso, que não provoca grande distorção e cujo fator, para curso pós-médio, é 800. Ressalta que todos os Fics estão se balizando nessa medida, esclarecendo que mestrado e doutorado tem fator 2, em virtude da maior dedicação do professor demandada por cursos dessa natureza. Relata que ontem esteve no Ministério de Ciência e Tecnologia, a convite da senadora Rose de Freitas, e aproveitando-se da agenda da senadora com o Ministro de Ciência e Tecnologia participou de reunião com a presença do professor Luciano, representantes da Setec, senhor Jailson e do Sub-secretário de Ciência e Tecnologia, sendo os pólos de inovação e o Finep itens de pauta. Relata que expôs os problemas do Finep nos institutos federais, reconhecendo que, vide a curta existência destas instituições, isto é, seis anos, há problemas com alguns sistemas do Mec, comunicando que o sr. Jailson se dispôs a ajudar os institutos. Relata que o Pronatec vai disponibilizar, nesse ano, mais 600 ou 800 mil vagas correspondentes à primeira pactuação, alcançando, desta forma, 4 milhões de vagas para o primeiro semestre desse ano. Acrescenta que é pouco provável uma nova pactuação, a revisão da atual já foi feita, ressaltando que somente será contratado o que pode ser pago esse ano. Relata que a situação da e-Tec é, atualmente, bastante tímida na rede, pois seus alunos são, basicamente, os alunos da rede, enfatizando a necessidade de ampliá-la, visto que há previsão de triplicar a quantidade de vagas profissionalizantes até 2024. Informa que a intenção da rede é que 4,5 milhões de alunos que completam o ensino médio, de um universo de 8 milhões, utilizem a e-Tec como meio de formação, ressaltando que para alcançar esse objetivo é necessário uma forte ampliação da e-Tec. Aponta que a forma de oferta da e-Tec, ou seja, via LOA proporciona alguns problemas, dentre eles, a dificuldade de se contratar professores, visto que há uma diferença entre os valores pagos pela e-Tec e pelo Pronatec. Explica que uma das razões dessa disparidade é que o Pronatec utiliza, para pagamento, a receita de custeio, enquanto a e-Tec executa suas despesas por capital. Ressalta que por causa disso, até 2013, um dos maiores problemas da e-Tec era a devolução de capital não utilizado, enfatizando que tal devolução não era ocasionada pela inexistência de vontade institucional e ou planejamento, mas sim, da impossibilidade de execução. Salaria que para o e-Tec funcionar adequadamente é necessário que se adote os dois tipos de pagamentos, isto é; o capital abarcaria as despesas de plano de trabalho, enquanto os professores receberiam pelo Pronatec, ressaltando que desta forma, o e-Tec se tornaria muito mais atraente. Informa que algumas Universidades utilizaram o capital do e-Tec para a criação de estúdios e outras ferramentas pedagógicas virtuais, em vez de adquirirem somente computadores. Comunica que um representante de um conjunto de editores está oferecendo uma biblioteca virtual cujo custo anual para a

instituição será de 12 mil dólares, destacando que o valor não é muito caro. Ressalta que, infelizmente, o sistema de avaliação do Mec não considera a biblioteca virtual como acervo da bibliografia básica disponível, e sim, como bibliografia complementar. Explica que poderia utilizar essa biblioteca no e-Tec, fato que diminuiria consideravelmente o gasto com apostila, visto que a instituição poderia entregar um tablet para cada aluno. Ressalta, no entanto, que primeiramente deve-se definir se o tablet é patrimônio institucional, caso afirmativo, será impossível disponibilizá-lo ao aluno. A pró-reitora Araceli divulga que o Fórum de Biblioteca está discutindo o uso de bibliotecas virtuais no ambiente institucional e que, após a conclusão dos trabalhos, propostas serão apresentadas, destacando que duas editoras apresentaram propostas ao fórum. O Presidente destaca que o Ifes precisa avançar nessa área, visto que muitas instituições estão apresentando progressos consideráveis. Relata que a Setec solicitou que as instituições analisem profundamente a proposta da e-Tec pela qual será constituído um pequeno grupo fixo de pessoal que trabalharão juntamente com quantitativo variável de professores e tutores; ressaltando que foi solicitado a elaboração de um estudo para que se possa definir a quantidade necessária de pessoal fixo. Divulga que no segundo semestre haverá nova pactuação do e-Tec e que também haverá discussão sobre a matriz orçamentária da UAB. O pró-reitor de extensão Renato Tannure esclarece que não houve uma nova pactuação, e sim, a apresentação de mapa de demanda. O diretor Mauro comunica que os servidores da TI estão implementando um sistema de ligação Voip que vai interligar todos os institutos federais, reduzindo consideravelmente o custo com ligações telefônicas, destacando que, possivelmente, no próximo mês, o sistema já estará em operação. O Presidente destaca que o antigo servidor do Ifes, professor Luciano, assumiu o cargo de Diretor de Rede na Setec, ressaltando que o trabalho executado por ele tem recebido diversos elogios. O Presidente abre o ponto de pauta fazendo um resumo das discussões da reunião anterior, destacando a proposta do pró-reitor Ademar que foi base para as discussões e propostas. Informa que baseado nos critérios definidos foi elaborada uma proposta de divisão do quantitativo de vagas, ressaltando que o pró-reitor Ademar fez diversas simulações, e depois, fez alterações em função do RAP corrigido. Apresenta o RAP depois das alterações, e logo a seguir expõe a proposta de divisão de vagas, explicitando a metodologia utilizada, e enfatiza 16 foi o número médio utilizado para o RAP; assim, os campi que tem RAP superior a 16 ganharam uma vaga cada, aqueles que tiveram valor inferior, perderam uma vaga. Depois, analisou a proposta e justificativa de cada campus para fazer um ajuste manual. A pró-reitora Araceli comunica que os 3 (três) campi novos e o Cefor não estão incluídos na divisão. O Presidente relata que ao somar as vagas alocadas previamente com aquelas definidas pela metodologia outrora explicada, obteve-se o quantitativo de vagas descrito na planilha. Relata que foi muito difícil chegar a esse resultado, visto que, pelo menos 12 (doze) campi enviaram argumentações muito convincentes, apresentando uma situação realmente desesperadora. Sugere que os dirigentes que não estejam contentes com a distribuição proposta, que negociem a liberação e ou recebimento de vagas entre os campi. Relata que o Ifes ainda tem, pelo modelo da Setec, uma diferença de 292 vagas a

serem preenchidas e que aguardam liberação do MPOG, concluindo que pelo modelo são previstos 1.700 professores DE para a instituição. Comunica que há espaço no banco para solicitar vagas, mas reconhece a dificuldade para consegui-las junto ao MPOG, concluindo que o modelo da Setec é muito próximo do modelo do Ifes, isto é, 1.800 vagas, destacando a diferença negativa de 100 professores entre os modelos. Ao retornar o tema de distribuição de vagas, o Presidente enfatiza que 10 (dez) vagas não participam da divisão, visto que elas serão utilizadas para situações emergenciais. Relata que ao ler o pedido emergencial de cada campus, verificou que o planejamento elaborado não condiz com a realidade, concluindo que o Colégio de Dirigentes, ao aprovar a implementação de um curso, não tem feito uma análise criteriosa e eficiente para determinar o impacto do novo curso na instituição. Enfatiza a situação “sui generis” de, no momento de distribuição de vagas, haver um pedido emergencial de 60 (sessenta) vagas, ressaltando a necessidade de se elaborar um planejamento de 10 (dez) anos que contemple a quantidade de recurso a ser alocado na contratação de professores ao longo do período. Questiona se, caso sejam liberadas novas vagas, essa proposta será excluída ou continua como referência para suprir as deficiências que não foram atendidas, posicionando-se favorável à exclusão e conseqüente análise da realidade do momento, acrescentando que todo diretor de ensino deve entregar a carga horária dos professores para que assim, seja possível identificar o problema. Destaca que o RAP institucional está muito baixo, concluindo que senão houver transparência não será possível chegar a um concessão. O diretor Carnielli afirma que o planejamento do campus Venda Nova do Imigrante foi realizado e aprovado pelas instâncias do Ifes, e por causa disso, precisa do quantitativo solicitado de professores para concluir o curso superior. O diretor Moacyr destaca que a proposta de distribuição de vagas deveria ter sido enviada com antecedência e relata que o campus Santa Teresa, a princípio, solicitou 4 (quatro) professores, mas após reuniões entre os diretores, chegou-se a conclusão de que 2 (dois) professores seriam suficientes, dentre eles um professor de física que não está no quadro de docentes do campus, enfatizando a necessidade emergencial dessa vaga. Os dirigentes iniciam a discussão e análise da proposta. O diretor Mauro solicita que os dirigentes tenham especial atenção à distribuição, pois se não houver uma definição rapidamente, alguns campi não poderão contratar professores, divulgando o tempo necessário para a realização de concurso público, enfatizando que 30 por cento das vagas são destinadas ao concurso de remoção interna que deve ser realizado antes do concurso público. O Presidente relata que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul já faz concurso multi campi para professores, desde que os campi estejam localizados na região metropolitana de Porto Alegre, destacando a possibilidade legal e institucional de realizar um certame com essa característica. Acrescenta que é necessário definir uma distância máxima entre campi também a organização administrativa, isto é, no caso de professor que leciona em dois campi, onde estaria sua lotação do professor e qual campus acaria com o pagamento da diária. Ao ser questionado pelo diretor Antônio de Freitas, o Presidente responde que o professor multi campi fez concurso para lecionar em dois campi, assim, caso solicite remoção, tal pedido precisa ser analisado com muito cuidado.

O dirigente Carnielli sugere que o servidor intérprete de libras faça outras atividades no campus, caso não tenha aluno para fazer a interpretação. O Presidente responde que é impossível, visto que as atividades do servidor intérprete já estão previamente definidas em edital. No entanto, informa que, legalmente existe a necessidade de se capacitar 5 por cento dos servidores em libras, assim, o servidor intérprete em libras, quando ocioso, poderia realizar essa capacitação. Alerta que, em virtude de ter obra em andamento e não especificada tal condição no Simec, a instituição não consegue receber nenhum recurso do governo federal. O diretor Tadeu Vago comunica que os campi que tem obra em andamento devem lançar essa situação no Simec, inserindo, caso necessário, o aditivo; enfatizando que essa operação deve ser realizada no módulo obra do Simec, pois, caso contrário, o governo conclui que a obra está encerrado e que não houve prestação de contas, suspendendo, desta forma, a transferência de recursos. Voltando a discussão das vagas, o diretor Anderson sugere antecipar uma vaga emergencial para o campus Santa Teresa. O Presidente propõe votação da proposta apresentada e da disponibilização de uma vaga emergencial para o campus Santa Teresa. A diretora Edna afirma que se abstém da votação, justificando tal posicionamento na ausência de explicações sobre as distribuições de vagas. O Presidente contra-argumenta apontando que a planilha é a representação e consequente justificativa da distribuição de vagas. O conselheiro Lodovico sugere que seja divulgado os campi que receberam adiantamento de vagas, argumentando que a transparência é essencial nesse caso, pois assim, é possível analisar a realidade de cada campus e assim, verificar se a situação de um campus é pior ou melhor do que de outro. O diretor Weliton não concorda com a proposta do diretor Lodovico, destacando a necessidade de ações práticas por parte dos dirigentes, pois, a partir do adiantamento, tudo se ajustou, e os planejamentos foram realizados a partir desse ajuste. Acrescenta que, caso essas 18 vagas não alterem o percentual de distribuição, deve-se avançar na proposta atual, caso contrário, reconhece que divulgar as vagas adiantadas pode ser bastante construtivo. No caso de Santa Teresa, posiciona-se favorável a disponibilização de uma vaga das emergenciais, justificando que essas vagas são para situações como essa. O diretor Moacyr destaca que o campus Santa Teresa vem realizando um trabalho muito sério, enfatizando a urgência da contratação de um professor de física. As discussões reiniciam. O Presidente sugere que essa proposta seja aprovada, e que a vaga emergencial a ser disponibilizada para o campus Santa Teresa seja definida na próxima reunião. O Colégio de Dirigentes aprova a proposta de distribuição de vagas apresentada pelo Presidente e posterga para a próxima reunião desse colégio a decisão sobre a destinação de uma vaga emergencial para o campus Santa Teresa. O Presidente comunica que há vagas para servidores técnico-administrativos, níveis c, d e e, apresentando o total de vagas que cada um dos campi. Esclarece que as vagas não são exclusivas para concursos, podendo ser utilizadas para remoção. A diretora Danusa explicita a planilha, divulgando o quantitativo de servidores em cada campi e ressaltando pactuações anteriormente realizadas. Esclarece que as vagas do nível c estão distribuídas para os campi novos: Barra de São Francisco, Montanha e Viana, e que quanto ao restante, é necessário

uma definição para elaboração de concurso. Apresenta a quantidade de vagas de cada nível para cada campus, destacando que a distribuição foi feita baseada no relatório do Siape e que as 4 (quatro) vagas destinadas aos intérpretes de libras serão distribuídas nos campi em que há demanda para esses servidores. Relata que o Cefor não está incluso no quadro de vagas, pois é necessário resolver, primeiramente, os problemas dos campi, esclarecendo que as vagas que aparecem lotadas na reitoria serão destinadas ao polo de inovação. O Colégio de Dirigentes, sem ressalvas, aprova a proposta de distribuição de vagas para Técnico-administrativo. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradece a presença de todos e declara a reunião encerrada. Eu, Alessandro Gonçalves de Assis, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes.